

José Salomão Amorim

Brasília

Reforma e invasões

Os brasilienses para aqui emigrados de outros centros urbanos costumam ser acometidos de um sentimento de nostalgia com relação aos lugares de origem. Impulsionados por uma incontronável necessidade de retorno às raízes, voltam às cidades em que viveram grande parte de suas vidas. Cada vez mais este retorno é marcado pela tristeza e frustração. As cidades de seus sonhos não existem mais. Em São Paulo, na Praça da República, coração da metrópole, as pessoas são assaltadas à luz do dia por delinquentes armados de facas. Em Belo Horizonte, as grades que cercam a Igreja São José, outrora um lugar de refúgio e tranquilidade, são testemunho do sentimento de medo e insegurança que cerca as pessoas. No Rio, sob um calor de trinta graus, sumetidos a condições desumanas de trabalho, os motoristas de ônibus manobram seus veículos no trânsito caótico prontos a arremetê-los contra o primeiro obstáculo humano que encontrem no caminho. Por toda parte, o espetáculo é o mesmo: as cidades se tornaram cinturões de miséria, de criminalidade, de violência, de sujeira e de medo. Nelas se amontoam populações famintas e sem teto que para aí vão em número infinitamente superior à capacidade dos serviços urbanos oferecidos.

Em Brasília, de forma igualmente brutal, embora menos clara pela conformação da cidade e pelo cuidado de se manter a sala de visitas — o Plano Piloto — imune ao "contágio" da pobreza, ocorre fenômeno semelhante, evidenciado de maneira dramática nos últimos dias pelas invasões de terras na periferia. Despido de seus componentes de oportunismo político, uma vez que atrás das invasões se moviam interesses de segunda ordem, o fato é revelador da tensão social existente.

Certamente uma de suas causas é o modelo de apropriação e exploração de terras prevalecente no campo. Este modelo se caracteriza pelos privilégios concedidos à grande propriedade, improdutivo pelo estímulo à especulação, à agricultura de exportação e a um processo de modernização agrícola substitutivo de mão de obra.

Diante deste quadro, a Reforma Agrária não é apenas uma necessidade de uma economia de mercado, cuja expansão depende da incorporação de novas massas de consumidores, o que pressupõe poder aquisitivo e, consequentemente, novos empregos. A Reforma Agrária é também uma necessidade social, o modo através do qual a sociedade poderá saldar o imenso débito de justiça social acumulado ao longo dos anos com milhões de brasileiros.

Se, todavia, este argumento de ordem ética não for suficiente para sensibilizar os segmentos que se opõem à Reforma Agrária, há outro mais pragmático. Não há sociedade capaz de suportar indefinidamente as imensas desigualdades sociais hoje existentes entre nós: O processo de modernização econômica da sociedade brasileira, nos últimos anos, trouxe dentro de si o seu oposto: o avanço da consciência das classes desfavorecidas, demonstrado pela explosão de movimentos sociais inclusive no campo, cuja força se manifestou no grande congresso de trabalhadores rurais realizado há pouco em Brasília. No passado, o desejo de reforma foi abafado pela força. Será possível continuar usando o mesmo expediente no Brasil de hoje?

José Salomão Amorim é professor da UnB e pesquisador do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura — CEC